

Wilhelm Von Humboldt e a atualidade de seu legado para a Teoria da História

Maristela Toma

Universidade Estadual de Santa Cruz

Ilhéus - Bahia - Brasil

mstomaz000@yahoo.com

Resumo: Este artigo pretende tecer alguns comentários acerca da contribuição de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) no campo da Teoria da História. O objetivo é apresentar e discutir brevemente alguns aspectos do Historicismo alemão, objeto de reavaliação, por parte da historiografia brasileira desde a última década, bem como apontar algumas das ideias apresentadas por Humboldt em sua conferência sobre o ofício do historiador.

Palavras-chave: Teoria da História. Historicismo. Wilhelm Humboldt.

Introdução

No Brasil, sob o peso da influência da historiografia francesa desde a renovação promovida pelo movimento dos *Annales*, a historiografia alemã do século XIX se tornou relativamente pouco conhecida. Apesar da importância decisiva da Escola Histórica Alemã na refundação da história e na institucionalização de seu ensino, bem como na constituição do método crítico documental, os representantes dessa Escola tiveram aqui sua apreciação balizada pela crítica dos *Annales* que, por sua vez, contribuíram para criar um mito historiográfico personificado na caricatura do historicismo. Historiadores franceses da geração de 1870 foram fortemente influenciados pelo historicismo alemão e após a derrota no conflito franco-prussiano a historiografia francesa buscou adaptar seus ensinamentos às necessidades do nacionalismo francês, dando origem ao que se convencionou chamar de Escola Metódica. Nas críticas de Lucien Febvre à geração de Langlois e Seignobos, ficou marcado o combate que a nova geração fazia à “história historizante”. A expressão, originalmente criada por Henri Berr, foi imortalizada por Febvre para caracterizar o adversário a ser combatido: os historiadores cuja prática pautava-se na busca da verdade transparente, colhida nos documentos oficiais e materializada em narrativas dos eventos políticos. Os *Annales* também agruparam, sob a etiqueta de “positivista”, tradições historiográficas distintas,

o que não só fazia confundir os contornos que delineavam positivistas, metódicos e historicistas, como também traçava uma imagem plana, homogênea, que não levava em conta as nuances presentes nas sucessivas gerações do historicismo alemão ao longo do século XIX.

Da historiografia alemã conhecíamos praticamente apenas um nome: Leopold Van Ranke - bastante comentado e pouco lido, ou lido a partir do viés dos comentadores, que reduziam seus pressupostos a um cientificismo ingênuo cuja proposta era apenas relatar o que “verdadeiramente aconteceu”. Ao final do século XX a crise dos *Annales* e a virada hermenêutica na historiografia produziram um renovado interesse pela historiografia alemã, o que determinou a necessidade de releitura de textos fundadores produzidos no século XIX. No Brasil da primeira década do século XXI, a tradução de parte desses textos, vertidos para o português a partir da língua original, conferiu novo fôlego aos estudos em Teoria da História e nomes até então pouco ou nada conhecidos passaram a ser objeto de investigação: Humboldt, Niebuhr, Droysen, Mommsen, Gervinus, de modo que, ao final da década começaram a vir a público um número considerável de pesquisas orientadas para a reavaliação do século XIX, o chamado “século da história”. Nesse sentido, a reflexão proposta neste artigo intenta, a partir da análise das ideias de Wilhelm Von Humboldt, expressas em um texto que em 2021 completa duzentos anos, contribuir para a compreensão de alguns preceitos que sustentam a pesquisa histórica desde a sua anunciada constituição como ciência até os dias de hoje.

As universidades no contexto do império alemão

No triunfante reino da Prússia – a maior e mais influente porção do império alemão – a linhagem dos Humboldt trouxe à luz dois ilustres rebentos: Wilhelm e Alexander. A origem abastada da família propiciou-lhes sólida formação clássica em rico ambiente cultural. O mais novo, Alexander Humboldt (1769-1859), que levava o mesmo nome do pai, um oficial do exército prussiano, se imortalizaria em suas viagens à América como geógrafo e naturalista. Wilhelm Humboldt (1767-1835), o primogênito, destacou-se como estadista e importante pensador do século XIX com contribuições em um vasto campo que abrange desde a Linguística até a Política, passando pela Filosofia e pela História, que é o que nos interessa aqui.

O espaço de tempo que abarca a vida dos irmãos Humboldt corresponde a uma série de momentos e eventos decisivos na história do império alemão. Wilhelm e Alexander nasceram sob o Sacro Império Romano Germânico, poderosa liga de territórios da Europa Central criada por Carlos Magno no século VIII. O império germânico, embora nunca tivesse se estendido à cidade de Roma, fazia, em seu nome, referência à glória e ao poder do antigo império romano e à época do nascimento dos irmãos Humboldt, o militarizado reino da Prússia, governado sob o modelo do despotismo esclarecido, exercia forte poder político e sua influência cultural se estendia por boa parte da Europa. O abalo no regime absolutista produzido pela revolução na França e as guerras napoleônicas que se seguiram determinaram o fim do Sacro Império Germânico em 1806, de modo que os dois irmãos tiveram sua juventude e todo o resto de suas vidas marcadas pelo contexto da reconstrução do império, tarefa que só se completaria em 1871 com a unificação alemã sob a liderança prussiana e que, no entanto, nenhum dos dois presenciaria.

Wilhelm Von Humboldt teve atuação marcante na vida política e universitária do império germânico. Em 1809, após um bem-sucedido percurso pela carreira diplomática, assumiu o Conselho do Estado e a direção da “Seção de Culto e Educação”, que cuidava da religião e de todo o sistema educacional, abrangendo, além de escolas e universidades, instituições científicas como academias e museus. A atuação de Humboldt na política e suas reflexões acerca do projeto moderno de universidade culminaram na reforma pedagógica que teve como um dos resultados a criação da Universidade de Berlim, em 1810. A nova universidade, que em poucos anos ocuparia a primazia nos estudos clássicos, trazia como marcas distintivas duas diretrizes – ênfase na pesquisa e autonomia em relação ao Estado – que seriam mais tarde a base do atual modelo de universidade.

A implantação da Universidade de Berlim, bem como o projeto reformador do qual ela é parte, corresponde a uma etapa importante da reconstrução do império germânico. Além da reconstrução política, urgia recuperar as bases culturais sobre as quais se assentaria o império. Já em fins do século XVIII as universidades reformadas de Halle e Göttingen projetavam-se como importantes e inovadores centros de estudo no tradicional cenário europeu. Nesse sentido, a criação da Universidade de Berlim respondia a uma demanda estratégica: era necessário ocupar o vácuo deixado pela perda da Universidade de Halle, anexada pelos franceses através do Tratado de Tilsit, celebrado em 1807. Em Berlim, em torno dos estudos de filologia aglutinaram-se

investigações acerca da Antiguidade Clássica. A erudição antiquária foi incorporada ao projeto intelectual e político que respondia a uma demanda do presente: buscar, no passado, as bases que legitimariam a reconstrução do império esfacelado pelas guerras. (PAYEN, 2011).

A reforma pedagógica reorganizou a estrutura de ensino que vigorava na maior parte das universidades germânicas desde a Idade Média. Sob o comando de Humboldt, a reforma do ensino não foi simplesmente uma reestruturação vertical, mas o início de uma nova era do ponto de vista institucional e filosófico. Antes da reforma os estatutos universitários pautavam-se no projeto pedagógico da Filantropia vinculada à política imperial. Nesse modelo, cujos conceitos chave eram disciplina e domesticação, o fim último da educação consistia em transformar homens em indivíduos úteis à sua espécie. Tal pragmatismo acabou por gerar uma estrutura administrativa arbitrária e não raro ineficaz. O professor disciplinador nem sempre gozava de formação cultural ampla e rigorosa e era, desse modo, pouco valorizado. A ênfase utilitarista acabou por subtrair ao professor e às instituições de ensino seu propósito cultural. Ambos serviam à manutenção do poder dinástico, nem sempre comprometido com a produção de conhecimento. Vale lembrar que, por toda Europa, boa parte da revolução científica moderna não se deu nas universidades, mas nas academias científicas (TERRA, 2019).

Humboldt tinha em mente que a modernização da cultura e das instituições que a representavam eram passos necessários para a reconstrução do império. Para tanto, foi um defensor ferrenho do fim da interferência estatal no conteúdo dos currículos universitários, pois entendia que a reforma pedagógica deveria ser acompanhada de uma reforma no papel do Estado frente à formação cultural dos indivíduos. Humboldt também se posicionou contra o pragmatismo que informava a hierarquia dos cursos universitários, em que as faculdades de Teologia, Direito e Medicina tinham a primazia em detrimento da Filosofia e das chamadas artes liberais. No novo desenho pedagógico coube aos intelectuais (filósofos, cientistas, teólogos e homens de letras) uma nova função: a eles caberiam cargos importantes na administração das instituições de ensino. Nas universidades reformadas, a figura do professor foi valorizada a partir de medidas como o estabelecimento de critérios formais para a admissão de professores e alunos, avaliação de desempenho e protocolos institucionais próprios. Tudo isso convergiu para a emergência do professor como categoria profissional e das instituições de ensino como seu domínio próprio. Também a função social do professor e dos eruditos em geral foi

redesenhada: eles agora colocavam-se como peças indispensáveis na construção da nova formação cultural:

um funcionário do Departamento de Ensino não serve nem à uma classe de aristocratas cujos largos limites ideológicos são determinados apenas pelo alcance de sua fortuna nem a essa figura demasiadamente abstrata e autônoma, presente nos escritos de Kant e seus contemporâneos com o nome de 'humanidade'; ele serve ao Espírito, à força viva que estreita incondicionalmente os laços entre os que partilham a mesma língua e a mesma geografia e, somente secundariamente, ao Estado enquanto extensão desse espírito (LEMOS, 2011, p.218).

A reforma pedagógica alemã, portanto, não foi apenas institucional, mas estendeu-se no plano filosófico para dar conta da tarefa de reconstrução da cultura, tendo como pano de fundo a mutação trazida pelo historicismo, que valorizava o individualismo em detrimento do universal ilustrado:

na posição oposta do conceito de educação utilizado pelos filantropos através do termo *Erziehung* (Ensino), a ideia de *Bildung* (Cultura) tinha como critério reintegrar positivamente a multiplicidade dos Estados, das culturas locais dos indivíduos de modo natural em um processo de formação (...) o novo conceito de cultura deve, portanto, surgir como a unidade espiritual que os homens compartilham, não apesar de suas diferenças, mas a partir delas (LEMOS, 2011, p.226).

Na segunda metade do século XIX, sob os ventos da influência historicista, nas universidades germânicas reformadas o estudo da Antiguidade Clássica renovou seus métodos a partir do encontro entre filologia e história. O prestígio adquirido por esses estudos junto à sociedade os transformava em instrumento capaz de solidificar o sentimento de unidade perdida desde a dissolução do império. Mais uma vez, o prestígio da Antiguidade Clássica no universo simbólico germânico era convocado para mobilizar a constituição e fortalecimento do império e foi sobre esse pano de fundo que os estudos históricos ganharam destaque em seu território.

Assim, no contexto da recuperação do império, a reconstrução universitária ficou a cargo da alta burocracia do Estado estabelecida na Prússia e herdeira do *Aufklärung* (Esclarecimento). Esses altos burocratas estatais constituíam a vanguarda erudita e instruída pelo pensamento racionalista. Sua atuação foi decisiva não apenas no plano simbólico, mas na efetivação dos esforços de reconstrução, posto que a ausência de uma burguesia urbana forte fez com que esses altos funcionários pudessem desempenhar papel dirigente frente à nobreza e à forte cultura militar prussiana no processo de organização do Estado, garantindo também a distância necessária, segundo critérios aristocráticos, das demandas revolucionárias. A nova estrutura universitária, portanto,

propiciou a formação de uma esfera pública em que se destacava a figura do intelectual e que os projetava junto à sociedade aristocrática e à burocracia estatal. Na cultura política germânica as universidades se configuraram como a esfera pública aristocrática que forneceu ao Estado conselheiros que se tornavam leais servidores. Assim, professores universitários, a velha aristocracia agrária e uma incipiente burguesia industrial compõem, na Prússia, a tríade de guardiões da nação, responsáveis pela reconstrução do império sob a força do nacionalismo e do desejo de integração exacerbados desde as invasões napoleônicas.

A vitória germânica na guerra franco-prussiana propiciou a unificação da Alemanha e foi percebida pelos franceses como produto da superioridade do sistema educativo no além-Reno. A supremacia das universidades alemãs começou a ser forjada no próprio contexto de fragmentação do império: o espaço geográfico, caracterizado por estados autônomos, permitiu o surgimento de uma extensa malha universitária em que cada soberano investiu extensos recursos na criação/reforma de um núcleo universitário. Na segunda metade do século XIX as universidades germânicas e seus seminários atraíam um público diferenciado e assíduo, dedicado à produção de conhecimento. Nos cursos de História, regulamentados desde a década de 1860, a sociabilidade produzida a partir dos seminários, além de habilitar os estudantes no método crítico, subsidiava o espírito de pertencimento. Os historiadores alemães puderam desempenhar papel fundamental na promoção de uma identidade nacional e desse modo tiveram importância capital na formação do Estado Nacional. No território francês, os derrotados de 1870 buscaram seguir o exemplo alemão ao promover a reforma do ensino universitário que resultaria no surgimento da Escola Metódica, francamente tributária da Escola Histórica Alemã. E no caso francês, com os metódicos, a herança germânica foi muito mais metodológica do que propriamente teórica, uma vez que foi alijada de seus aportes epistemológicos, o que, no entanto, não impediu que a história galsse ali percurso semelhante no sentido de adquirir extrema relevância, se institucionalizar e se colocar a serviço do Estado na promoção do nacionalismo (DOSSE, 2012).

Humboldt e o Historicismo

O ano de 1819, para Humboldt, foi marcado por uma curta atuação como Ministro do Estado, cargo ao qual renunciou após protestar contra a censura e espionagem nas universidades. 1819 representa também o ponto de inflexão em sua

carreira: a renúncia ao Ministério sinaliza o abandono da vida pública e, de 1820 até 1835, ano de sua morte, Humboldt viverá recluso como professor particular e preceptor. É nesse período que Humboldt desenvolve seus estudos sobre linguagem e é precisamente o contato com a filologia que determinará seu interesse pela história.

Como intelectual, Humboldt apresenta características marcantes: além da formidável erudição, uma peculiar diversidade de interesses dificulta classificá-lo, bem como torna impossível restringir seu legado a um só campo do conhecimento. É preciso assinalar aqui a presença da tradição humanista na refinada formação de Humboldt, cujo modelo de prática científica antecede o espírito de especialização que caracterizaria a segunda metade do século XIX. Humboldt escreveu sobre política, diplomacia, filosofia, linguagem, estética, educação, religião e, finalmente, um único texto sobre história, ou melhor dizendo, sobre o trabalho do historiador.

À despeito de ter sido a história uma preocupação lateral nos estudos de Humboldt, o interesse pela filologia encaminhou suas reflexões para a discussão que envolvia o historicismo nascente. De certo modo, o papel que Humboldt cumpria como intelectual engajado na recuperação do império também concorreu para esse encontro. O historicismo foi, sob certos aspectos, uma resposta ao pensamento filosófico do iluminismo francês. Do ponto de vista político-filosófico não se tratava mais de legitimar a ruptura com o passado, mas de promover a reconciliação. A revolução cultural historicista foi, segundo Reis, “uma revolução contrarrevolucionária – a descoberta da história como fidelidade aos homens do passado” (REIS, 2005, p.209). O historicismo alemão, e mais tarde, o positivismo francês, configuram-se como reações conservadoras aos excessos revolucionários do iluminismo e respondem à mesma demanda: encaminhar a modernização política através da conciliação entre os setores emergentes (burguesia triunfante, no caso francês; e burocracia estatal, no caso alemão) e a tradicional aristocracia rural.

No plano específico da cultura, o encontro com o historicismo temperou e sofisticou as posições que Humboldt adotaria frente à história, de modo que, o reconhecimento da historicidade dos assuntos humanos garantiu-lhe o distanciamento necessário em relação às posturas mais deterministas do racionalismo ilustrado. Foi ainda o trato com a filologia que tornou Humboldt sensível às dificuldades que envolvem o trabalho do historiador no que diz respeito às armadilhas da linguagem, tantas vezes responsáveis pela interpolação da subjetividade e do erro na tarefa de investigar o

passado junto aos documentos. Como veremos adiante, a base filológica terá contribuição importante na tarefa que Humboldt atribui ao historiador.

Historicismo (ou *Historismus*, na língua original alemã) é, ainda hoje, um conceito de difícil definição. O termo apareceu pela primeira vez em 1797 e seu uso sistemático se deu primeiramente em textos de cunho filosófico. O conceito se tornou caro aos historiadores, embora seu uso não se restrinja à história, posto que o historicismo exerceu influência também sobre a Filosofia, o Direito, a Economia, além da Linguística e Literatura. Tamanho alcance de sua zona de influência acabou por gerar uma polissemia bastante problemática, constituindo o que Estevão Martins denominou como “desagradável” em seu texto “Historicismo: o útil e o desagradável”:

Um aspecto desagradável do conceito de historicismo foi o de ele ter-se tornado conceitualmente impreciso pelas constantes reinterpretações e apropriações. De uma parte, politicamente apropriado pelos nacionalismos do século XIX e início do século XX, foi contaminado pelos projetos de afirmação do Estado e de suas elites intelectuais. De outra, confundido com o positivismo empiricista, gerou uma expectativa descabida de veracidade material. Ainda por outra, sequestrado por teóricos contemporâneos da literatura, o conceito ganhou um prefixo (“neo”) e serve para sustentar a tese de um certo relativismo cultural e político. Com essa carga, não é espantoso que o historicismo pareça designar conceitos históricos considerados anacrônicos (MARTINS, 2008, p.25).

Embora o historicismo enquanto fenômeno cultural seja mais abrangente que a mutação historiográfica ocorrida no século XIX, por historicismo entenderemos aqui a crítica formulada pelo pensamento alemão ao longo do século XIX em resposta ao racionalismo francês expresso no iluminismo e uma alternativa ao positivismo, cuja razão atemporal e universalizante tinha a pretensão de estabelecer leis gerais capazes de prever o movimento da história. Nesta acepção, historicismo aqui é tomado como postura filosófica que valoriza a experiência histórica no intuito de compreender o homem e sua ação no mundo, tendo como pressuposto a historicidade inerente a tudo que diz respeito ao humano. Ao negar a razão apriorística generalizadora do iluminismo, o historicismo postulou a diversidade histórica baseada na percepção do individualismo do homem, dos povos e das épocas. Avesso à abstração supratemporal, o pensamento historicista pretendeu entender o mundo histórico naquilo que ele apresenta de particular e concreto, reconhecendo a especificidade dos tempos passados em relação ao presente. O historicismo promoveu a emergência da consciência histórica; apontou para o fato de que a razão, a moral e a ética são produtos da criação humana e, como tal, constituem fenômenos históricos que habitam o mundo concreto e que devem ser analisados em seus próprios termos.

É importante marcar também a distância que separa historicismo e positivismo. O positivismo francês, que ganha força ao final do século XIX, apostava no naturalismo e no universalismo, vias abertas pelo pensamento ilustrado, enquanto o historicismo alemão, desde o início do século inovava ao chamar a atenção para as particularidades e para a condição histórica, e, portanto, relativa, de todas as criações humanas. Se no plano político, a ênfase do historicismo no particular legitimou a defesa do nacionalismo, no plano cultural constituiu a vanguarda do pensamento científico, ao fazer a defesa da especificidade das ciências humanas frente às ciências naturais. Com base no método compreensivo da hermenêutica - saber técnico oriundo dos meios eclesiais - e aproveitando as técnicas de crítica documental já praticada por teólogos e filólogos, os historicistas formularam uma metodologia própria, mais adequada às “ciências do espírito”, como defenderá Dilthey ao final do século XIX. Surge, desse modo, um novo regime de cientificidade, apoiado na investigação metodicamente controlável mediante a operação mental da compreensão. O próprio conceito de cientificidade teve de ser repensado, na medida em que duas metodologias distintas – uma, baseada na explicação; e outra, na compreensão – arrogavam o estatuto científico e demandavam a distinção entre dois regimes de cientificidade: o positivo, próprio às ciências da natureza; e o hermenêutico, condizente às ciências do homem. Mais tarde essa distinção estará na base da formulação dos conceitos de ciências nomotéticas (ou nomológicas) como ciências do geral, cuja função é explicar; e ciências ideográficas, que tem por objeto eventos e comportamentos singulares, cujos significados são passíveis de compreensão, mas não de explicação na forma de teorias generalizantes.

O historicismo pode ser compreendido ainda como filosofia crítica da história, na medida em que se ocupou em responder questões epistemológicas importantes colocadas ao conhecimento histórico. Foi a perspectiva historicista que permitiu aos que se dedicavam ao estudo da história refletir sobre suas práticas e elaborar teorias sobre o seu fazer. A história professou sua autonomia em relação à filosofia especulativa e à literatura. Na primeira metade do século XIX, textos fundadores de Humboldt e Ranke preocuparam-se em apontar o distanciamento em relação a esses saberes e apontaram a história como um saber específico, capaz de aglutinar ciência e arte a partir de uma metodologia que elegia o documento como a base do conhecimento histórico. A elaboração de um conjunto de regras que passou a informar a prática historiográfica alterou de forma significativa a maneira de se produzir história, bem

como o estatuto do conhecimento produzido, permitindo à história arrogar para si o título de ciência - uma ciência nova, que combinava compreensão e rigor metódico.

Também no que tange especificamente à história, ao longo do século XIX, o que se viu foi a paulatina institucionalização de seu campo, com a profissionalização do seu ensino a partir da criação de cátedras e cursos universitários, bem como o surgimento de uma nova cultura histórica pautada na criação e organização de arquivos, publicação de documentos e o surgimento de fóruns específicos de debate para a comunidade de historiadores mediante a organização de congressos e revistas especializadas. Desse modo, sob o influxo do historicismo, o diletantismo, que caracterizou a prática historiográfica até o século XVIII, acabou por ceder lugar a uma prática historiográfica mais consciente de si mesma e das técnicas envolvidas em sua produção, cujo resultado final foi a emergência de uma nova concepção de história acompanhada da valorização do ofício do historiador.

A atualidade de um texto que completa duzentos anos

Humboldt foi um dos primeiros autores a formular questões epistemológicas e metodológicas acerca do conhecimento histórico. Tais reflexões aparecem em sua conferência proferida diante da seleta plateia da Academia de Ciências de Berlim, em abril de 1821. O texto da conferência, intitulado “Sobre a tarefa do historiador”, acabou por se tornar bastante influente, porém o contexto de sua publicação foi marcado pela retirada recente de seu autor da vida pública, de modo que, apesar de exercer forte influência sobre a reflexão historiográfica dos conterrâneos do período, fora da Prússia o texto permaneceria esquecido por mais de um século, mesmo em países fortemente influenciados pelo modelo historiográfico alemão. Na Inglaterra o texto só foi traduzido em fins dos anos 1960 e na França, em meados da década de 1980. No Brasil o texto foi publicado pela primeira vez em 2001 e em 2010 a mesma tradução mereceu nova publicação em uma coletânea destinada a repensar o século XIX na perspectiva da Teoria da História.¹

Apesar de nunca ter se dedicado ao ofício de historiador e nem ter escrito um único texto de história, as reflexões produzidas por Humboldt, bem como o programa

¹ A tradução brasileira encontra-se originalmente publicada na revista **Anima: História, Teoria e Cultura**, ano 1, n.2, 2001, p.79-89. Posteriormente, em 2010, a conferência foi novamente publicada, acompanhada de um texto de apresentação de seu tradutor, professor Pedro Espínola Pereira Caldas.

por ele apresentado em sua conferência tiveram importância capital no cenário historiográfico prussiano e ajudaram a alicerçar as bases daquela que seria conhecida mais tarde como Escola Histórica Alemã. Em tom marcadamente preceptivo, a preleção de Humboldt acumularia, em sua fortuna crítica, o título de “texto seminal da Teoria da História”. Vale lembrar que, à altura da publicação do texto na Prússia em 1822, Ranke, que se projetaria a partir dos anos 1840 como o mais destacado historiador do império alemão e principal articulador da metodologia científica aplicada à história, era ainda um jovem professor de vinte e seis anos que lecionava línguas clássicas no ginásio e teria de esperar até 1825 a oportunidade de ser indicado como professor para a Universidade de Berlim. Em 1857, Droysen apontaria Humboldt, e não Ranke – seu colega e adversário teórico na Universidade de Berlim – como o fundador da teoria histórica alemã e “pai da doutrina científica da história”.

Pedro Caldas (2010), em sua apresentação de Humboldt ao leitor brasileiro, aponta que reflexões de Humboldt sobre a história constituem uma etapa da tradição alemã que, desde Herder, Kant e Lessing, vinha refletindo sobre a natureza e o sentido da história. Contudo, à diferença de seus predecessores, Humboldt abandonou o interesse por investigar o sentido da história e concentrou-se – e eis aí a novidade – em refletir acerca de como se dá a produção de sentido histórico. Sua reflexão em torno da natureza da história ampliou-se rumo a uma reflexão acerca do trabalho do historiador na produção de sentido, afirmando, desse modo, o papel do historiador como sujeito da escrita.

A busca do equilíbrio entre racionalismo e relativismo; entre necessidade e liberdade; entre ciência e arte, preside esse texto denso e de beleza ímpar que agrega escrita quase poética a uma sólida argumentação racionalista que desafia o fundamento epistemológico vigente, que apostava na imutabilidade da natureza humana e na existência da razão supratemporal, responsável pelo movimento da história. O empenho em atingir uma síntese que garantisse o equilíbrio entre dualidades, evidente na escrita de Humboldt, estende-se ao tratamento dispensado ao seu objeto: sua concepção de história e sua percepção do que deveria ser o trabalho do historiador são atravessadas pelo ideal de conciliar naturezas distintas e que por vezes se apresentam com disposições opostas.

Humboldt apresenta um programa para os historiadores ao definir sua tarefa, que consiste em expor os fatos históricos, como nos diz logo ao início do texto:

A tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e completa possível for essa exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência de seu ofício, e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado (HUMBOLDT, 2010, p.82).

Nota-se o lugar central ocupado pela narrativa no fazer historiográfico preconizado por Humboldt e vale dizer que não se trata aqui da mera narração descritiva dos eventos passados; Humboldt deixa claro que a construção da narrativa histórica está longe de ser uma tarefa puramente mecânica ou exclusivamente racional. Os eventos a serem expostos pelo historiador devem ser buscados na documentação e o historiador deve se aproximar dela como quem aborda uma linguagem estranha, atento em interpretá-la à luz de sua gramática particular. No trabalho de investigação, esse é o primeiro, porém não o único, passo a ser dado pelo historiador no cumprimento de sua tarefa, posto que,

No mundo dos sentidos, porém, o acontecimento só é visível parcialmente, precisando o restante ser intuído, concluído e deduzido. O que surge desse mundo se encontra disperso, isolado e estilhaçado, permanecendo alheio ao horizonte da observação imediata o elemento que articula esses fragmentos, que põe o particular sob sua verdadeira luz e que dá ao todo sua forma (HUMBOLDT, 2010, p.82).

Eis, portanto, uma primeira diferenciação metodológica entre os procedimentos do historiador e as práticas das ciências da natureza, baseadas na observação do mundo sensível. Porque em se tratando de eventos humanos, a observação imediata é limitada e incapaz de apreender, para além da “concomitância e a sequência das circunstâncias”, o “contexto causal interno”. A “verdade essencial” da história repousa na documentação, mas só se revela ao historiador através das faculdades da intuição e da dedução, necessárias para que os eventos particulares possam ser apreciados à luz de seu contexto. Desse modo, a tarefa do historiador não se esgota em estabelecer e apresentar os acontecimentos, cabendo-lhe revelar aquilo que, por baixo da poeira dos fatos documentados, só se deixa apreender pelo esforço de interpretação que deve guiar a exposição dos fatos. Se o trabalho de pesquisa nos arquivos é imprescindível ao historiador, Humboldt adverte que “o que se adquire por essa triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história” (HUMBOLDT, 2010, p.83). A realização plena da tarefa do historiador exige que se cumpra duas operações cognitivas distintas, para as quais são exigidas duas posturas antagônicas: uma, empírica e meramente reprodutora; e outra, especulativa e criadora. Nas palavras de Humboldt (2010, p. 84),

Para aproximar-se da verdade histórica, dois caminhos precisam ser simultaneamente percorridos. Primeiramente, tem-se a fundamentação crítica, exata e imparcial dos acontecimentos; em um segundo momento, há que se articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado pelo primeiro meio. Aquele que segue somente o primeiro caminho ignora a essência da própria história, e quem o despreza corre o risco de falsificar as particularidades.

Advertidos assim, empíricos em suas pretensões científicas e historiadores factuais de um lado; e de outro, praticantes da história filosófica pouco afeita à investigação do passado, Humboldt esboça seu conceito de história em oposição à teleologia proposta pelo Iluminismo, calcada na ideia de progresso linear comum a todos os povos. Trata-se, portanto, de um duplo ataque ao paradigma vigente: recusa das generalizações baseadas em ideias tomadas *a priori* e a defesa da construção de um método específico, capaz de assegurar uma atividade científica, controlada, levada a termo com o auxílio de operações artísticas.

Para elucidar tal método, Humboldt recorre à analogia entre poesia e história.² Para Humboldt, o trabalho de articulação que deve acompanhar a investigação empírica e imparcial dos fatos dispersamente documentados só pode ser levado a cabo caso o historiador, assim como o poeta, faça uso da “fantasia”. Fantasia essa que, submetida “à experiência e à investigação da realidade” garante a distância necessária entre poesia e história, que desse modo, não se confundem. Humboldt deixa claro tratar-se, portanto, de uma fantasia controlada, diferente da fantasia dos poetas, submissa apenas à forma; e distinta da fantasia dos filósofos, dependente de princípios filosóficos externos aos acontecimentos. A fantasia praticada pelos historiadores apresenta-se então sob um segundo nome: “intuição e o dom de estabelecer conexões”.

Humboldt em vários momentos estabelece analogias entre história, filosofia e literatura, mas preocupa-se especialmente em apontar as diferenças ao fazer a defesa da autonomia da história frente a esses dois saberes estabelecidos e frente ao pragmatismo:

a História, como qualquer ocupação científica, se presta a muitos fins secundários, seu trabalho, assim como a Filosofia e a Poesia, é livre, uma arte plena em si mesma. (...) Assim como a Filosofia busca o fundamento primordial das coisas e a Arte, por sua vez, o ideal de beleza, a História persegue a imagem do destino humano em sua verdade autêntica, plenitude viva e pura clareza (HUMBOLDT, 2010, p.85).

² Tal analogia já havia sido proposta por Aristóteles, que comparou poesia e história, estabelecendo entre elas uma hierarquia segundo a qual a poesia deve preceder à história, visto que a primeira se refere ao universal, enquanto a última atém-se ao particular.

Humboldt (2010, p.87) recorre mais uma vez à analogia com a arte ao definir o seu conceito de “exposição”: “Assim como a artística, a exposição histórica é uma imitação da natureza. O fundamento de ambas é o conhecimento da forma verdadeira, a descoberta do necessário e a eliminação do contingente”. Historiador e artista participariam do mesmo processo criativo, uma vez que ambos almejam produzir imitação da natureza; e os dois são bem-sucedidos na medida em que suas criações “revelam a verdadeira forma”. Contudo, à diferença do artista, o historiador não inventa, mas “dá forma ao que realmente é”, posto que sua busca primordial não é pela forma ideal e nem pela ideia essencial, mas pela verdade dos fatos. E a verdade, a “forma verdadeira” não surge da heurística documental, embora tenha nela sua base, mas da operação hermenêutica que então dá forma à narrativa. De modo que a verdade, como princípio que rege a exposição do passado feita pelo historiador, “deve ser sentida de tal maneira pela alma resguardada no objeto a ponto de que, perante essa imagem se percam e se dissolvam as opiniões, os sentimentos e as ambições pessoais” (HUMBOLDT, 2010, p.85). Assim, a verdade revelada na operação hermenêutica impele à imparcialidade antes acionada na fase heurística e completa, na subjetividade do historiador que escreve, o arco investigativo.

Ao longo do texto, o termo “intuição” vai sendo substituído pelo conceito de “compreensão”, definido como o resultado da junção da “condição do acontecimento” (o fato de ser apenas parcialmente visível) com o “sentido atribuído pelo observador”. E porque tal compreensão configura-se como arte, “não pode ser de todo deduzida logicamente através da cognição” (HUMBOLDT, 2010, p.90). Ao longo do texto, portanto, compreensão passa a significar a atitude de “reconhecer” e “revelar” algo que já se encontra nos eventos e aparece nos documentos de forma difusa. Esse algo é a “ideia”, aquilo que preside tudo o que acontece, a “verdadeira força ativa da história”. E não se trata aqui de uma ideia exterior aos acontecimentos, formulada *a priori*, como eram as ideias que as filosofias especulativas da história perseguiram em suas generalizações e que faziam ignorar as singularidades de períodos e eventos históricos. A ideia à que se refere Humboldt deve ser buscada na observação atenta do passado, pois ela só se revela por meio da interpretação dos fatos previamente estabelecidos com base na crítica dos documentos. A ideia, assim concebida, deixa de ser o pressuposto para se tornar a finalidade última do trabalho do historiador. Trata-se da inversão do programa do racionalismo iluminista. O programa proposto por Humboldt exige do historiador um equilíbrio tênue: abandonar o recurso às ideias puras, sem, contudo, deixar de se

guiar por ideias, que deverão ser apreendidas do próprio trato documental. Vê-se, portanto, a complexidade prevista naquilo que Humboldt (2010, p. 90) denomina exposição dos eventos:

Assim como o desenhista, o historiador não produz mais do que caricaturas caso desenhe apenas aspectos particulares do que se lhe apresenta, ou, por outra, se apenas reproduz a sua aparência ou a sequência em que se mostram; e, se ainda não atribui uma ordem rígida ao contexto que lhe é interno, se não aprimora a visão das forças atuantes, se não reconhece a direção por elas tomadas em um determinado instante, se não sai em busca da articulação da situação contemporânea com as manifestações vividas no passado, o historiador, de fato, só produzirá caricaturas.

Ao tratar das ideias, Humboldt (2010, p. 91) deixa bem clara a diferença da função desempenhada por elas no trabalho do historiador e do filósofo:

a apreensão do evento precisa ser sempre guiada por ideias. Assim, entende-se por si mesmo que as ideias provêm do próprio seio dos eventos, ou, para dizer de modo mais preciso, provêm do espírito, através da consideração dos eventos a partir de um sentido autenticamente histórico; as ideias não precisam ser emprestadas à História, como se fossem um elemento adicional, um erro em que facilmente cai a dita História Filosófica. A abordagem filosófica representa uma ameaça muito maior para a autenticidade histórica do que o tratamento poético, pois este pelo menos está acostumado a dar livre curso ao material com que lida. A Filosofia dita um objetivo aos eventos e, assim, esta busca por causas finais, sejam elas deduzidas da essência da natureza ou do próprio homem, perturba e falsifica toda visão livre sobre a ação própria das forças”.

Humboldt, portanto, admite a existência de sentido na história, mas este não é previamente dado. Tal sentido se dá em um contexto que lhe é indissociável no tempo e no espaço e sua direção é produzida através da tensão entre necessidade e liberdade, como uma espécie de vetor que congrega “toda determinação que se mostra aparentemente mecânica” e a “obediência a um impulso ativo livre”. O curso da história não segue um plano pré-determinado pela razão, mas apresenta-se, no entender de Humboldt (2010, p. 99), como um devir dotado de dinamismo próprio e liberdade:

A perspectiva humana não é capaz de vislumbrar imediatamente a diretriz do mundo, mas somente pode chegar até ela pelas ideias através das quais tal plano se revela e, por isso, para tal perspectiva, a história não é senão a atualização de uma ideia; e isso só é possível na medida em que se mergulha na observação das forças criadoras, por meio de um caminho certo que leva às causas finais (...) O ofício do historiador, em sua resposta definitiva, mas também a mais simples, é a exposição da aspiração de uma ideia, a conquista de sua existência na realidade. Mas deve ser dito que a ideia nem sempre obtém o que pretende em sua primeira tentativa, antes mesmo chega a degenerá-la sempre quando não consegue dominar com clareza a matéria que se lhe impõe”.

Admitir o papel do livre arbítrio no curso da história e a valorização das especificidades que acompanham cada época e cada evento implicam a ponderação acerca da imprevisibilidade da história. Daí que a concepção de história como mestra da vida é

recusada por Humboldt, que não vê nenhuma serventia em se buscar nas narrativas históricas exemplos a serem seguidos ou evitados. O que a história fornece aos que sobre ela se debruçam é o “sentido para a realidade”; sua contribuição prática reside em chamar a atenção para a “transitoriedade da existência humana no tempo e sua dependência em relação às causas passadas” (HUMBOLDT, 2010, p.86).

O texto de Humboldt é seminal não apenas em traçar o conceito de história, mas também em definir aquele que dela se ocupa. Humboldt (2010, p.91) aconselhou o historiador a expor a história de forma orgânica, conectando cada evento ao todo do qual ele é parte, advertindo que “a plena percepção do que é específico pressupõe sempre o conhecimento do geral que o subsume”. Escrever a história é, portanto, estabelecer conexões a partir da interpretação dos fatos criticados. Vale apontar aqui a percepção de Humboldt acerca da atuação do historiador, sujeito da escrita na construção de sentido histórico. Sua profissionalização é valorizada, posto que necessária, pois “a todo instante o homem comum atribui equívocos e falsidades aos eventos que somente serão dissipados através da verdadeira forma revelada unicamente pelo olhar do historiador, um dom natural burilado pelo estudo e pelo exercício” (HUMBOLDT, 2010, p.87). A premissa que informa o olhar do historiador é ditada pelo que chamamos aqui de historicismo: o reconhecimento da historicidade de tudo que é humano. Humboldt apostou, não apenas na capacidade crítica, como também na capacidade criadora do historiador, em seu potencial de compreensão daquilo que, como ele, também é histórico. Assim como o historiador, os objetos de seu estudo estão imersos no tempo e essa condição, ou melhor, o reconhecimento dessa condição compartilhada deve ditar a atividade de investigação:

Na história é muito claro esse caráter de fundamento preliminar da compreensão, uma vez que todo agente da história mundial já se movimenta na essência do homem. O quanto mais profundo for o sentimento da alma de uma nação por tudo que é humano, o quanto mais refinado, rico e puro for o seu envolvimento com tal sentimento, melhores serão as condições para que essa nação produza um autêntico historiador. A tais condições prévias é necessário acrescentar o exercício crítico que tenta ajustar-lhe o objeto a ponto tal que, com a repetição dessa interação, surjam tanto clareza como certeza” (HUMBOLDT, 2010, p.92).

Considerações finais

O historicismo alemão é considerado a maior contribuição do século XIX no que diz respeito à identidade da história e à reflexão acerca da natureza de seu

conhecimento. Ecos da conferência de Humboldt podem ser facilmente identificados nas reflexões epistemológicas produzidas por Ranke, Droysen e Dilthey. A natureza complexa da história, que associa a arte da composição narrativa à investigação científica, continua na base de discussões epistemológicas de que se ocupam historiadores e seus críticos mais céticos. Nesse sentido, a atualidade das contribuições de Humboldt no que se refere à Teoria da História e ao ofício do historiador é patente e a reflexão sobre tais contribuições ainda é salutar, sobretudo quando levamos em consideração os desafios atuais impostos pelos excessos do relativismo que acabam por resvalar em negacionismo e nosso entendimento ainda incipiente acerca do historicismo, cultivado por todo o longo século XX sob a mediação da historiografia francesa. Recuperar as tradições culturais do historicismo, desfazer a confusão vigente ainda hoje entre os paradigmas do historicismo e do positivismo, marcar a necessária distância entre a prática científica e os arroubos ultra relativistas, investir, enfim, na compreensão mais demorada das teorias formuladas no século XIX, tem sido a tônica dos principais debates contemporâneos envolvendo a Teoria da História e é tarefa cara aos que se propõem pensar as bases que sustentam as concepções que informam a nossa prática.

Há ainda uma outra esfera em que o legado de Humboldt reclama atenção nos dias atuais: o modelo de ensino proposto por ele, sua concepção acerca das condições necessárias à produção do conhecimento, seu modelo de universidade e a defesa de sua autonomia e liberdade de expressão, tudo isso coloca Humboldt, mais uma vez, na posição de vanguarda intelectual necessária e, para além da Teoria da História, no debate contemporâneo acerca dos rumos da cultura e do ensino, suas propostas e demandas o fazem emergir como força importante, necessária e surpreendentemente atual.

WILHELM VON HUMBOLDT AND THE RELEVANCE OF HIS LEGACY TO THE THEORY OF HISTORY

Abstract: This article intends to make a few comments about the contribution of Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) in the field of Theory of History. The objective is to present and briefly discuss some aspects of German Historicism that has been reevaluated by the Brazilian historiography since the last decade, as to point out some of the ideas presented by Humboldt in his conference on the historian's profession.

Keywords: Theory of History. Historicism. Wilhelm Humboldt.

WILHELM VON HUMBOLDT Y LA RELEVANCIA DE SU LEGADO PARA LA TEORÍA DE LA HISTORIA

Resumen: Este artículo pretende comentar la contribución de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) en el campo de la Teoría de la Historia. El objetivo es presentar y discutir brevemente algunos aspectos del historicismo alemán, objeto de reevaluación, por la historiografía brasileña desde la última década, así como señalar algunas de las ideas presentadas por Humboldt em su conferencia sobre la profesión de historiador.

Palabras clave: Teoría de la Historia. Historicismo. Wilhelm Humboldt.

Referências

ARAUJO, Valdei Lopes de [et. al.] (org.). **A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**. Petrópolis, Vozes, 2011.

BENTIVOGLIO, Julio. "Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*". **Revista de Teoria da História**. Vol.3, n.1, 2010. p.20-58. Disponível em: <http://doi.org/10.5216/rth.v3i1.28629> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

_____. "História e narrativa na historiografia alemã do século XIX". **Anos 90**. vol.37, n.32, 2010. p.185-218. Disponível em <http://doi.org/10.22456/1983-201X.12632>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

CALDAS, Pedro S. P. Wilhelm von Humboldt (1767-1835) - Apresentação. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo, Contexto, 2010.

_____. "As dimensões do Historicismo: um estudo dos casos alemães". **Opsis**, Vol.7, n.9, 2007, p.47-66. Disponível em <http://doi.org/10.5216/o.v7i9.9327> Acesso em: 29 de julho de 2020.

DOSSE, François [et. al.]. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, FGV, 2012.

FALCON, Francisco Calazans. "Historicismo: antigas e novas questões". **História Revista**, Vol7, n.1/2, 2002. p.23-54. Disponível em <http://doi.org/10.5216/hr.v7i1.10486> Acesso em 15 de julho de 2020.

GAIO, Gessica G.G. "A aporia da História em dois momentos: na Antiguidade Clássica e no historicismo". **Dimensões**, Vol.24, 2010. p. 135-156.

GODOY, João M.T.de. “Alguns desafios dos estudos de historiografia”. **Projeto História**, n.41, 2010. p.195-214. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6539> Acesso em 10 de julho de 2020.

HUMBOLDT, W. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo, Contexto, 2010.

LEMONS, Fabiano. “[Sobre reformas no sistema de ensino] Wilhelm Von Humboldt. Introdução, tradução e notas por Fabiano Lemos”. **Revista Brasileira de História da Educação**. Vol.11, n.1 (25), 2011. p.207-242. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38512> Acesso em 08 de agosto de 2020.

MARTINS, Estevão R. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de [et. al.] (org.). **A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte, Argumentvm, 2008.

_____. (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo, Contexto, 2010.

PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores: clássicos da história, vol. 1: de Heródoto a Humboldt**. Petrópolis, Vozes/PUC-Rio, 2012.

PAYEN, Pascal. “A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?”. **História da historiografia**. n.6, 2011, p.103-122. Disponível em <http://doi.org/10.15848/hh.v0i6.250> Acesso em 26 de julho de 2020.

REIS, José C. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

_____. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

TERRA, Ricardo R. “Humboldt e a formação do modelo de universidade e pesquisa alemã”. **Cadernos de Filosofia Alemã**, Vol.24, n.1, 2019. p.133-150. Disponível em <http://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v24i1p133-150> Acesso em 16 de agosto de 2020.

THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. **Anos 90**. n.15, 2001. p.7-23. Disponível em <http://doi.org/10.22456/1983-201X.6609> Acesso em 12 de agosto de 2020.

SOBRE A AUTORA

Maristela Toma é mestra em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Recebido em 30/09/2020

Aceito em 04/11/2020